



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE PRÓ - REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES

Luana Ranielle Ferreira da Costa

O DESENHAR DE UMA EDUCAÇÃO INTERIORANA: uma análise do processo educativo e do cotidiano escolar na cidade de Bananeiras – PB no início do século XX.

GUARABIRA – PB

2014

LUANA RANIELLE FERREIRA DA COSTA

O DESENHAR DE UMA EDUCAÇÃO INTERIORANA: uma análise do processo educativo e do cotidiano escolar na cidade de Bananeiras – PB no início do século XX.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

GUARABIRA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837d Costa, Luana Ranielle Ferreira da

O desenhar de uma educação interiorana: [manuscrito] : uma análise do processo educativo e do cotidiano escolar na cidade de Bananeiras PB|no início do século XX / Luana Ranielle Ferreira da Costa. - 2014.

41 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Ms. José Otávio da Silva, Departamento de Educação".

1. Instituições educacionais. 2. Cotidiano local. 3. Ensino elitizado. I. Título.

21. ed. CDD 371

LUANA RANIELLE FERREIRA DA COSTA

**O DESENHAR DE UMA EDUCAÇÃO INTERIORANA:
Uma análise do processo educativo e do cotidiano na cidade de
Bananeiras-PB no início do século XX**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 06/12/2014

Banca Examinadora:



Prof. Ms. José Otávio da Silva/ UEPB/CH/DE
Orientador



Prof. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira/ UEPB/CH/DE
Examinadora



Prof. Ms. Vanusa Valério dos Santos/ UEPB/CH/DE
Examinadora

Guarabira
2014

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a DEUS a conclusão de mais essa etapa da minha vida, aos meus pais, Ronaldo e Lourdes, aos meus queridos irmãos, Laiana e Raniel e ao meu namorado, Edilson exemplos de vida e grande responsáveis pela motivação durante o decorrer deste curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por seu um grande Pai para mim, que me sustentou e continua a me sustentar nos momentos mais difíceis e a me guiar diante dos caminhos mais tortuosos da vida, obrigada pela vida, pela minha existência, pela minha inteligência e força de vontade.

Aos meus pais Ronaldo e Lourdes pelo amor, carinho e apoio nos momentos difíceis.

Aos meus irmãos, Raniel e Laiana por me fazerem rir nos momentos de cansaço e desespero e por acreditarem na minha capacidade de conquistar o que quero.

Ao meu namorado, Edilson Costa do Nascimento, a essa pessoa todos os muitos obrigadas ainda seriam poucos, pois foi através de seu amor, carinho e dedicação que superei muitas barreiras em minha vida, agradeço a você por ter dispensado o seu tempo para ajudar-me quando precisei.

À todos os professores e a coordenação do curso que me ajudaram de diversas formas, me servindo de inspiração para que pudesse continuar.

Ao meu orientador, Otávio, pela compreensão, paciência e orientação que tornou possível a conclusão desta monografia.

E finalmente meus agradecimentos a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram nesta minha caminhada de uma forma grandiosa, a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo que essa conquista valesse a pena.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

RESUMO

Estudar a História das instituições educacionais no município de Bananeiras nos permite estabelecer relações com a história do cotidiano local e compreender as concepções pedagógicas que fundamentam as propostas e práticas educacionais direcionadas a cada tipo de classe social. Ao focar este tema temos a possibilidade de compreender parte da história da educação local partindo do pressuposto de que para entender o presente é preciso conhecer o passado, através de uma reflexão sobre a trajetória das instituições escolares da cidade de Bananeiras durante o início do século XX. O objetivo do trabalho é a reconstituição histórica do contexto educacional da época, como procedimento teórico-metodológico adoto o uso de pesquisa bibliográfica com ênfase em autores que se ocupam em descrever e problematizar a História da Educação no Brasil e em alguns municípios. Nesta perspectiva, busco compreender a origem das instituições educativas em tal município e entender as concepções pedagógicas que fundamentam tais instituições evidenciando pontos de articulação com a história nacional. Percebe-se que foram significativos os avanços ocorridos na educação municipal de Bananeiras no período supracitado, no entanto, prevalecia um ensino elitizado que privilegiava a uma camada restrita, as práticas educativas eram assim voltadas ao atendimento de cada classe social, sejam eles homens, mulheres, menores abandonados ou que vivem em situação de promiscuidade.

Palavras-chave: instituições educacionais, cotidiano local, ensino elitizado.

ABSTRACT

Study the history of educational institutions in Banana municipality allows us to establish relations with the history of the site everyday and understand the pedagogical concepts underlying the proposals and educational practices directed every kind of social class. By focusing on this theme we have the possibility of understanding of the history of local education on the assumption that to understand this you need to know the past, through a reflection on the trajectory of educational institutions of the city of Banana during the early twentieth century . The objective is the historical reconstruction of the educational context of the time, as theoretical and methodological procedure adopt the use of literature with emphasis on authors who deal in describing and discuss the History of Education in Brazil and in some municipalities. In this perspective, I try to understand the origin of educational institutions in this city and understand the pedagogical concepts that underlie such institutions showing points of articulation with national history. It is noticed that the were significant advances in the municipal education Banana during the stated period, however, prevailed an elite education that encouraged a restricted layer, the educational practices were so focus ` service every walk of life, be they men, women , abandoned children or living in promiscuity situation.

Keywords: educational institutions, the local daily, elite education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	13
1.1 Educação na Era Vargas.....	13
1.2 A Educação do século XX vista por pensadores que fizeram a diferença.....	15
1.3 A educação paraibana no contexto histórico e social do século XX.....	19
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS: PERCURSO HISTÓRICO.....	23
2.1 Bananeiras e sua História.....	23
2.2 Memórias de uma cidade moderna.....	24
2.3 O princípio da educação formal no município de Bananeiras.....	26
CAPÍTULO III – CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS.....	34
CAPÍTULO IV - ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

Trabalhar com a história local é um fascínio que traz significativas abordagens de conhecimento especificamente do lugar onde se vive, portanto tratar da temática deste projeto de pesquisa tem como principal objetivo estabelecer relações significativas entre os tipos de educação formal encontradas no município de Bananeiras no início do século XX e dessa maneira entender como algumas escolas reafirmavam a segregação social no ambiente educacional.

Partindo dessa perspectiva esse trabalho vem proporcionar uma abordagem crítica sobre entraves econômicos, sociais, assim como também aqueles que eram provenientes de uma mentalidade baseada na crença de que já havia um lugar pré-determinado para os gêneros e as classes sociais do local.

Nesse sentido, buscamos estabelecer relações entre os fenômenos que brotaram na cidade e os ideais de poder, moral, disciplina, gênero e práticas educativas voltadas para a legitimação de um ideal social da elite.

O tema vem trazer á tona o problema de que a educação construída no início do século XX era, sobretudo, uma educação elitista baseada em moldes europeus, na não integração dos seres, na distinção clara entre aqueles que podiam e os que não podiam, bem como a relação da educação com religiosidade tão efervescente na época.

O que predomina nesse período é o desejo e a voz da minoria sobre a massa populacional, de maneira que ao mesmo tempo em que a educação deveria ser um direito de todos e instrumento de união em torno de práticas pedagógicas e mudanças necessárias, a mesma educação provocava marginalização no momento em que muitos eram excluídos desse processo e além disso “construía” espaços de diferenciados para algumas camadas sociais. Conforme afirma Stigar & Schuck (2007, p. 2): “Assim, a educação no Brasil caminhou por veredas tortuosas desde o início, reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, sempre esteve voltada a estratificação e dominação social”.

O objetivo geral desse trabalho de pesquisa consiste em entender de forma crítica a construção do alicerce para a formação da educação em Bananeiras no início do século XX abordando pontos de relevância, como por exemplo, exclusão social, religiosidade e modelos pedagógicos adotados na época.

Os objetivos específicos baseiam-se em analisar criticamente o objetivo de criação e o padrão de funcionamento dos estabelecimentos de ensino na época delimitada neste trabalho de pesquisa, estabelecer uma relação entre a educação construída nos espaços educacionais com alguns fatos de abrangência histórica local e mundial comparando os tipos de educação voltados aos diversos públicos de educandos do local.

A justificativa principal é descrever criticamente como houve o pensamento de projetar a cidade de Bananeiras no universo educacional da época e assim compreender de que forma foram traçados caminhos para se chegar a tais objetivos percebendo que tipo de educação era propagada nos ambientes educacionais da cidade estabelecendo que a educação que deveria integrar era a mesma que afastava os principais atores do processo de ensino-aprendizagem.

Desde a formação do Brasil houve a estruturação de nosso modelo de ensino e desde os primeiros anos de nossa descoberta sofremos da falta de estrutura e investimento nessa área. Contudo, além do componente histórico que parece ser de comum aceitação, aparece o problema do modelo pedagógico adotado fato que perdura com o passar dos anos baseado num modelo de importação de pensamento, principalmente da Europa e conseqüentemente a matriz de aprendizagem escolar fora introduzida no Brasil diante de uma realidade completamente diversa.

CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

1.1 Educação na Era Vargas

O discurso pedagógico liberal se expressou na *escola nova*, movimento de renovação escolar que se desenvolveu em vários países e chegou ao Brasil na década de 1920, fruto das mudanças inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, com seus novos valores, necessitando, segundo seus defensores, de uma renovação da escola. (ANDREOTTI, p. 01)

No Brasil de uma Era Vargas, que durou até 1945, ocorreram diversas mudanças na educação. Dentre elas podemos citar: em 1930, a criação do Ministério da Educação, com o objetivo de integrar as políticas de ensino dos Estados, unificando o sistema educacional do país, possibilitando assim uma maior cooperação entre o governo federal e os Estados e ainda em 1930, uma série de leis regulamentou e padronizou o ensino em todo o Brasil. Nesse período a educação básica passou a ser dividida em fundamental, ginasial e supletiva.

O ensino fundamental, reservado às crianças de 7 a 12 anos, passou a abranger quatro anos, sendo necessário passar em um exame para seguir para o nível ginasial que também tinha duração de quatro anos. Já as crianças maiores de 13 anos ou adultos cursavam o supletivo, que, em um ritmo mais rápido e com conteúdos simplificados, em quatro anos, cumpria o papel do ensino fundamental e ginasial juntos.

Houve ainda a reformulação do ensino médio, os conteúdos ministrados passaram a ter como objetivo fornecer cultura geral e preparar para o vestibular. Teoricamente a preocupação do governo passou a ser desenvolver a personalidade e cultura do indivíduo, preparar para a vida familiar e a iniciação ao trabalho. Na prática, as mudanças deixavam de lado a formação da cidadania, antes valorizada, até porque não podemos esquecer que o Estado Novo foi uma ditadura.

Os anos de 1930 foram férteis em relação à nova educação. As propostas sobre educação do Manifesto dos Pioneiros, publicado em 1932, foram defendidas por educadores que ocuparam cargos na administração pública e que implementaram diretrizes educacionais, respaldados por essa visão de educação. Contrastando com a educação tradicional, as novas tendências pedagógicas visavam proporcionar espaços mais descontraídos, opondo-se como investigação livre, à educação ensinada. Os novos métodos de ensino

visavam à auto-educação e a aprendizagem surgia de um processo ativo. (ANDREOTTI, p. 01)

Ainda nesse contexto vale salientar que houve a tentativa de resolver o problema do acesso a educação nivelando por baixo, criando-se dois tipos de escola pública: uma para a classe média, com conteúdos mais sólidos; e outra, representada pelo supletivo, para os pobres, mais rápida e condensada, que tinha como objetivo central alfabetizar e fornecer informações básicas e superficiais.

No ano de 1932, chegaram ao Brasil novas idéias, originando o movimento conhecido como Escola Nova, baseando-se na idéia de que a educação deveria servir como instrumento para democratização, integração e diminuindo as diferenças econômicas entre os diversos estratos sociais. Dessa maneira, a educação deveria ser pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudos.

A maioria dos educadores responsáveis pela divulgação destas idéias terminaram ocupando postos importantes dentro do governo Vargas e dessa forma acabaram influenciando a composição da nova Constituição, promulgada 1934. Pela nova Constituição, o ensino fundamental, junto com o ginásio, passou a ser chamado de primário e pela primeira vez na história do Brasil, cursar ao menos o primário, além de um direito de todos, passou a ser uma obrigação.

O governo Vargas construiu novas escolas e contratou mais professores, mas por mais que isso acontecesse não dava para atender a todas as crianças brasileiras e a própria função de fazer as crianças frequentarem a escola foi delegada aos pais, ou seja, deixava-se a cargo dos pais a fiscalização pelo cumprimento da Constituição de 1934, levando-se em conta a realidade de muitos locais e estratos sociais que não podiam deixar de usar a mão de obra de suas crianças para a sobrevivência da família, na prática o governo se livrava de gastos para os quais não estava preparado que era de promover a real educação para todos, pois fornecer educação gratuita e obrigatória a todos era impossível dentro da realidade econômica do país.

Foi criado o ensino médio profissionalizante, centralizado na educação industrial, comercial e agrícola, que passou a ter uma duração reduzida nos mesmos moldes do supletivo, apenas dois anos. Assim, em 1942, foram feitas modificações visando direcionar todo o ensino para a preparação para o vestibular.

A reforma de 1942 dividiu o ensino em 1.º, 2.º, e 3.º grau. O primeiro grau composto de primário e ginásio, com duração de quatro anos cada. O supletivo permaneceu, embora relegado a partir de então a um plano inferior, inclusive, sofrendo redução nos recursos reservados e no número de vagas.

O ensino médio passou a ser chamado de segundo grau, dividindo-se em normal, magistério e profissionalizante. Já o terceiro grau seria o próprio ensino universitário. A reforma surtiu efeito e, de fato, de certa forma tornou o acesso ao 3.º grau, ao nível superior, mais democrático, embora a maioria da população tenha continuado sem ter se quer acesso a alfabetização.

Na verdade, a reforma de 1942 recusou à tendência de prioridade a alfabetização, para alterar seu foco para o atendimento das necessidades do meio urbano, deixando o meio rural de certa forma abandonado. O que reforçou, em algumas regiões, a tendência de exploração da mão de obra infantil no campo e o controle dos grandes proprietários sobre as massas nada esclarecidas e analfabetas.

Ao término da Era Vargas e com a volta da democracia no Brasil, uma nova Constituição em 1946, trouxe mais mudanças. Por mais que a estrutura educacional do Estado Novo se mantivesse, além da gratuidade e obrigatoriedade do ensino, foram promulgadas medidas procurando ajustar as deficiências que elevaram o índice de analfabetismo.

Algumas leis, promulgadas a partir de 1949, aumentaram a importância do ensino profissionalizante e acabaram tornando esta categoria similar ao ensino normal. Foi quando o profissionalizante e o magistério passaram também a permitir o acesso ao nível superior, mediante aprovação em exame vestibular.

1.2 A Educação do século XX vista por pensadores que fizeram a diferença

Anísio Teixeira e Paulo Freire foram um dos grandes educadores brasileiros, o primeiro aderiu rapidamente às ideias de democracia e de ciência, que assinalavam a educação como a via capaz de causar as transformações necessárias para a realidade brasileira e sua modernização. Ele confiava que as modificações da sociedade brasileira precisavam transformar o homem e esse papel deveria ser da escola que daria a esse "novo homem" uma visão democrática da vida.

Anísio teve como base para sua proposta de educação o *escolanovismo* ou *Escola Nova*, surgido em fins do século XIX, na Europa e nos EUA. O movimento teve como alicerce a aversão aos métodos tradicionais de ensino a favor do movimento educacional renovador. Na época, no Brasil, havia uma falha da capacidade de os intelectuais desenvolverem um programa ou um ideal próprio e John Dewey, filósofo e pedagogo norte-

americano dá essa base referindo-se ao respeito às características individuais das pessoas fazendo-as, assim, ser parte complementar e participante da sociedade.

Saviani sobre a propagação da pedagogia da nova escola nos indica que:

[...] a “Escola Nova” organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite. No entanto, o ideário escolanovista, tendo sido amplamente difundido, penetrou nas cabeças dos educadores acabando por gerar consequências também nas amplas redes escolares oficiais organizadas na forma tradicional. Cumpre assinalar que tais consequências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito freqüentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento. Em contrapartida, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites. (SAVIANI, 1985, p. 14).

A ideia de Dewey era de que o sujeito com liberdade daria maior contribuição ao coletivo sendo aplicada assim aqui no Brasil. E Anísio foi um de seus maiores seguidores. Para ele a escola deveria ser o agente da uma continuada transformação e reconstrução social, contribuinte da constante reflexão e revisão social frente à dinâmica e mobilidade de uma sociedade democrática.

Os escolanovistas apoiaram-se nos pensadores Dewey, Comte e Durkheim que esteve relacionado diretamente com a sociedade brasileira, o que deu sustentação para a Constituição de 1934 do Governo Constitucional de Getúlio Vargas. Embasando-se melhor nessa argumentação vale destacar o Artigo 150 da Constituição de 1934 alínea a: “Estabelecer como competência da União a fixação do Plano Nacional de Educação que seja compreensivo de um ensino em todos os graus e especialidades; coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país.”

O ponto em comum de Paulo Freire com as avaliações de Anísio Teixeira também é característica de uma atmosfera que abrangia os intelectuais favoráveis ao desenvolvimento nacional, na década de 1950. A confiança na industrialização como força modernizadora do Brasil aproximava pensadores de diferentes matizes e posicionamentos, entre os quais Freire e Teixeira.

A diferença entre Anísio Teixeira e Paulo Freire é que o primeiro era progressista enquanto o segundo liberal, mas ambos batalharam por melhores formas de educar. Anísio era um cientificista que fazia parte da concepção filosófica de matriz positivista baseada na superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade, por ser a única capaz de proporcionar benefícios práticos e conseguir autêntico rigor

cognitivo. Já Paulo Freire foi um homem do povo, que conviveu e ouviu o povo e lutou por ele durante toda a sua vida. E por isso não se fechou dentro de escolas e universidades, mas engajou-se em movimentos sociais que lhe deram respaldo e base para o método que criaria posteriormente.

A teoria e prática de Paulo Freire consubstanciadas na sua metodologia de alfabetização tinham como pano de fundo um país efervescente em suas questões sócio-políticas-econômicas. O governo populista de João Goulart, no início dos anos 60, proporcionou condições para que esses movimentos de massa acontecessem, os setores de base se organizassem, e os sindicatos rurais e urbanos fossem criados e ampliados.

A atmosfera da qual se impregnou a cultura contagiou a educação. O Movimento de Educação de Base (MEB), por exemplo, já no início dos anos 60, dirigia-se às classes trabalhadoras, com o objetivo de ampliar o universo cultural e educacional de amplos setores da população. A esquerda participou mais ativamente desse movimento, e a União Nacional dos Estudantes (UNE) liderava grande parte do programa... Os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) também se pautaram nos mesmos objetivos de ampliar o universo cultural dos segmentos populares brasileiros. (BOMENY, 2003, p. 57 e 58)

Nesse contexto, o método Paulo Freire surge e é colocado em prática, primeiramente no Nordeste, considerada a região mais pobre do Brasil e provavelmente com maior número de analfabetos do país. Dessa forma, a educação conscientizadora e libertadora proposta por Freire era coerente com os movimentos de cultura popular que se faziam presentes no início dos anos 60. Educar dessa maneira mostrava resultados é tanto que após de 45 dias, 300 trabalhadores tinham sido alfabetizados pelo método Paulo Freire, pelo qual eram consideradas suas experiências de trabalho e de vida, baseando-se no diálogo e na conscientização dos educandos.

Era um novo conceito de educação, que não objetivava, como o MOBREAL, posteriormente, somente a possibilidade da leitura e escrita básica, e sim a inserção do homem na sociedade em que vivia, por meio de sua conscientização realizada durante a alfabetização. Assim, destaca Paulo Freire:

No Brasil, quando pensava na possibilidade de desenvolver um método com o qual fosse possível para os analfabetos aprender facilmente a ler e escrever, percebi que a melhor maneira não era desafiar o aspecto crítico, a consciência do homem, mas (e é muito interessante ver como mudei) procurar introduzir, na consciência das pessoas, alguns símbolos associados as palavras. E, em um segundo momento, desafiá-las criticamente para

redescobrir a associação entre certos símbolos e as palavras, e assim apreendê-las. (FREIRE, 1979, p. 11)

No início de 1964, quando as equipes de educadores estavam prontas para dar início ao programa de alfabetização, os militares tomaram o país, fechando gráficas, dominando universidades, destituindo políticos, prendendo professores e estudantes, determinando o fim da democracia no país.

Paulo Freire foi considerado revolucionário, contraventor da ordem pública e por isso foi chamado a sair do país seu exílio durante 16 anos. Mas o que poderia ser considerado fracasso e esquecimento para o futuro foi convertido em admirável conhecimento prático e produção literária daquilo que já tinha sido acendido no Brasil. Retornando ao Brasil passou a ocupar os melhores cargos da educação, sem, contudo deixar de relacionar-se com a população de base e permanecer acreditando na revolução cultural do seu país. Isso veio provar que o Método Paulo Freire não era um modismo educacional, mas atravessou épocas diferentes do século XX e não se extinguiu; e, ainda hoje, pode ser colocado em prática com as devidas adequações.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1979, p. 4)

Todo ato pedagógico é um ato político, segundo Paulo Freire. Essa premissa é definida em sua pedagogia, pois ele percebe que não há como separar a educação da política; estão fortemente ligadas. Ou seja, as técnicas educacionais em nenhum momento são neutras, mas sempre produzirão efeitos e consequências na vida do educando, do educador e na sociedade na qual estão inseridos. As estratégias de superioridade advêm sobre a capacidade do homem de problematizar e de pensar a realidade. Negando às maiorias o direito de dizer a sua palavra, de pensar certo, dialogar e debater sobre o mundo em que vivem, as classes dominantes sabem que estão atrofiando um grande potencial de resistência e libertação dos oprimidos.

A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham. Se, de fato, não é possível entendê-los

fora de suas relações dialéticas com o mundo, se estas existem independentemente de como as percebem, é verdade também que a sua forma de atuar, sendo esta ou aquela, é função, em grande parte, de como se percebam no mundo. (FREIRE, 2011, p. 100)

Nesse contexto, a função da escola é de suma importância, pois é (ou deveria ser) um espaço de reflexão sobre o cotidiano dos homens, suas possibilidades e individualidades. Todas as disciplinas deveriam ter como foco a vivência do ser humano e as relações dialéticas estabelecidas com o seu entorno, e isso inclui os demais seres humanos e todo o ecossistema que o envolve. Daí ser importante pensar que se o conteúdo não gera essa reflexão e posterior responsabilidade consigo mesmo e com os demais, não deveria ser ministrado. A contextualização dos conteúdos deveria estar na pauta diária dos educadores.

1.3 A educação paraibana no contexto histórico e social do século XX

A educação paraibana atravessou uma série de etapas entre elas podemos destacar: o conhecimento dos primeiros tempos ficou a cargo das ordens religiosas que transportavam-se para Paraíba, através de franciscanos, jesuítas, beneditinos e carmelitas, responsáveis pelos aldeamentos da catequese.

Foi ainda no século XX que ocorreram algumas tentativas de renovação educacional assim como a criação de algumas escolas religiosas para mulheres, orfanatos e asilos, de inspiração confessional, seguiram esta linha de ação que, todavia, não se cristalizou na Paraíba. Segundo Menezes: Uma das características históricas da educação paraibana, entrosada com a brasileira, consistiu em seu caráter privado. Com efeito, deslocada para o interior das famílias, ela registrou a predominância do chamado mestre-escola (MENEZES, 1982).

Posteriormente o mestre-escola é consideravelmente substituído pelos alunos que concluíam o Curso Pedagógico nas Escolas Normais que surgiram na Paraíba a partir dos anos vinte. Ocorrendo ainda o avanço na microrregião do brejo, do ensino agrotécnico com a Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros, em Bananeiras, também na década de vinte e a escola de Agronomia do Nordeste, na década seguinte, em Areia.

A institucionalização da educação paraibana data de 1836, com a criação do Liceu Paraibano, primeiramente situado no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas este colégio funcionava nos moldes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. O Liceu fez-se mais eficiente como formador de quadros para a alta administração e cultura estaduais que como

instrumento de democratização do ensino e incorporação das massas ao processo educativo da Paraíba e a própria a base agropastoril da economia durante o século XX não assegurava outra senão uma educação elitizada e de reduzidas quantidades.

Como afirma Mello:

As mulheres não faziam parte desse quantitativo, visto que a primeira escola para o sexo feminino somente surgiria com o Colégio das Neves, de irmãs francesas importadas pelo presidente Beaurepaire Rohan, em 1858. Dois anos depois, invocando falta de recursos, o presidente da província de Luiz da Silva Nunes a fechava. A partir da segunda metade dos anos trintas, várias ordens de freiras brasileiras e estrangeiras principiaram a instalar colégios para moças em cidades como Guarabira, Alagoa Grande, Bananeiras, Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Areia e Itaporanga, no esquema de internatos. (MELLO, 1999)

A consciência do analfabetismo dominou a sociedade paraibana em momento de agudização das lutas sociais, de modo que foi a nível ideológico que se processou seu enfrentamento. O século XX foi palco de revoluções, guerras e ditaduras, inovações tecnológicas, exacerbação do consumo, enfrentamentos políticos entre a democracia e o totalitarismo, entre o capitalismo e o socialismo, e conflitos étnico-raciais, religiosos e de gênero, de exclusão de alguns segmentos da sociedade como as mulheres, os negros, entre outros. Também espaço para avanços e conquistas em muitas áreas, com destaque para o surgimento de novos protagonistas na história como a mulher, a criança, o deficiente e o idoso.

Na essência de tantas mudanças, a educação passa a tomar lugar de destaque, ora como meio de transformação e de abertura para novas possibilidades de pensar e viver, ora como instrumento de massificação e representação do *status quo*. Todavia, dentre os sujeitos emergentes que transcorreram a educação e a pedagogia no século XX, a mulher ocupa lugar de destaque através dos movimentos feministas que, já no século anterior, debatendo-se entre o positivismo e o socialismo, procuravam estabelecer espaços políticos e sociais para as mulheres enfatizando o direito ao voto e à educação.

Puseram em foco para debate e reflexão as relações de gênero praticadas até então. A luta pelo direito ao voto ocasionava em seu alicerce o direito à educação, uma vez que a emancipação feminina só aconteceria se fossem dadas condições de amadurecimento, de iniciativa, de capacidade para o trabalho, de desenvolvimento intelectual. Sem educação essas conquistas seriam inviáveis.

Destacando-se as lutas feministas, entre o final do século XIX e início do século XX, podemos perceber a descrição de mudanças através das suas práticas de escrita, conforme expressa a citação a seguir:

Partindo dessa compreensão da mulher como excluída da história, necessário se faz também enfatizar a importância da escrita como prática cultural, sobretudo a partir do século XIX, quando deixou de ser um domínio exclusivo dos papéis masculinos e se transformou no principal veículo do acesso feminino à esfera pública. Através da escrita, aos poucos, as mulheres apropriaram-se do mundo e múltiplos significados culturais lhes foram proporcionados, provocando deslocamentos entre as dicotômicas fronteiras dos espaços público e privado, reconstruindo a imagem feminina na sociedade moderna. (MACHADO, 2005, p.18).

No século XX, a economia brasileira assim como a paraibana viu a afirmação do capitalismo monopolista e das suas tensões imperialistas. Foi também a época da afirmação do radical antagonista: socialismo. A política também passou por momentos sobrecarregados com a democracia e o totalitarismo confrontando-se durante todo o século. Nesse sentido foram criadas veredas para a saída desses problemas de tempos de crise, veredas essas de co-formação forçada a começar pela escola, que se torna expressa e prioritariamente o lugar de reprodução da ideologia dominante.

A cultura idealizou-se por um lado e sofisticou-se por outro entre essas mudanças ligadas entre si, coloca-se também a educação assim como a pedagogia. As práticas educativas voltaram-se para o homem, incluiu novos protagonistas e renovou as instituições de formação. Mas, como afirma Machado na citação acima, por mais que a educação estivesse dado passos em direção a uma suposta universalização isso ocorria a passos curtos e lentos, ou seja, aos poucos o que ocorre na verdade é que grande parte da população paraibana nesse período ainda era excluída do processo educativo.

Entre 1960 e 70, os colégios estaduais do interior, todos inspirados no modelo do Liceu, apontaram bom rendimento e consolidaram favoráveis expectativas para a educação paraibana. Em cidades como Patos, Cajazeiras, Alagoa Grande, Bananeiras, Princesa Isabel, Itaporanga e Monteiro, eles espaçaram os antigos estabelecimentos religiosos, com aproveitamento até de seus quadros administrativos e docentes.

Nesse contexto, a grande crise da educação paraibana sucedeu com os anos oitenta em que, acompanhando a decadência da economia e a virtual desintegração do Estado, que passou a pagar baixíssimos salários, motivando sucessivas greves como resposta do

professorado, o sistema pedagógico colapsou. Não há dúvida de que o clientelismo contribuiu para esse estado de coisas. Com efeito, a apropriação do sistema pedagógico paraibano pelas oligarquias significou anomalia que incidiu sobre setores educacionais como o do ensino Normal.

CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS: PERCURSO HISTÓRICO

2.1 Bananeiras e sua História

Historiograficamente a colonização do município de Bananeiras teve início na segunda ou terceira metade do século XVIII, através dos desbravadores Domingos Vieira e Zacarias de Melo, vindos de Mamanguape pela obtenção de uma sesmaria, em 1716 situada próxima a um vale, uma densa floresta e um grande bananal, sendo desse fruto que é dado o nome do município de Bananeiras.

A fundação do município teve origem no princípio da fé religiosa e no lendário que mescla amor e aventura entre Gregório da Costa Soares, o colonizador, e uma índia nativa da região esta, havia livrado Gregório da morte por nativos que o aprisionaram na região e ele sobrevivente do ritual da antropofagia, construiu uma capela em um pedaço de terra em homenagem a Nossa Senhora do Livramento, para cumprir a promessa que fez quando estava nas mãos dos nativos, dando início ao povoado onde se localiza a cidade de Bananeiras.

Assim iniciava-se o processo de ocupação das terras férteis da referida urbe brejeira, que localizava-se nas proximidades de uma lagoa que corria no fundo do vale, onde aí existia uma plantação de pacoveiras, espécie de bananeira rústica que produzia frutos inadequados ao consumo humano. Até o ano de 1827 a comuna referente ao atual município de Bananeiras esteve sob a jurisdição da Vila de São Miguel da Baía da Traição, atual município de Areia.

Em virtude da Resolução do Conselho da Província tomada em sessão extraordinária de 9 de maio de 1893, à execução do Decreto de 13 de dezembro de 1832, Bananeiras foi elevada a categoria de Vila. No entanto, é com a publicação da Lei Provincial n.º 690, de 16 de outubro de 1879, que ascende a posição de município, sendo José Rodrigues Pereira júnior o então presidente da província.

A urbe em questão conta com algumas particularidades que a torna singular, haja vista a situação geográfica, pois está inserida nos vales do Brejo paraibano, circundada por áreas de solo rico, o clima é caracterizado por regularmente estar sempre úmido, sendo que em muitos momentos as manhãs ficam repletas de nevoeiro. O clima “frio”, dá um caráter especial à vida cotidiana ao lugar.

Traçar um olhar sob essa cidade, assim como tantas outras de nosso estado é antes de tudo contemplar a história local que perpassa os tempos históricos, como a territorialização

desde os tempos coloniais trazendo como registros os marcos arquitetônicos que firmaram sua presença nas edificações locais. Bananeiras, não cresceu em ritmo acelerado, no entanto, cresceu sem perder o bucolismo contido na arquitetura local.

Nos anos de 1910, Bananeiras já se destacava como uma cidade cultural. A tradicional e opulenta cidade brejeira, se projetava no cenário literário, destacando-se nas letras, na imprensa, na política, através de figuras intelectuais que possibilitaram a região desenvolver-se em vários segmentos e além do mais, essas personalidades passaram a representar o seu povo por onde estivessem. (SILVA, 1997, p. 22)

2.2 Memórias de uma cidade moderna

Da forma que o tempo passava a cidade crescia e evoluía seja na dimensão de espaços ocupados, seja através do caráter sociocultural de sua gente, o café produzido em Bananeiras, fez surgir uma aristocracia territorial, social e endinheirada no final do século XIX e início do século XX, a cidade tornou-se o centro paraibano de produção de café, isso provocou uma agitação sociocultural nunca antes vista, era um cenário de opulência e riqueza representado pela elite bananeirense que ostentava em construções, decorações de residências à moda europeia, as damas preparavam as boas mesas eram pessoas que não só queriam se vestir dentro dos padrões da época, mas também queriam revestir o ambiente onde conviviam de toda essa modernidade.

Dionísio Maia já escrevia num dos trechos do Hino à Bananeiras: *Salve! Filhos do Amor e da Fé! Mensageiros da Paz e do Bem! Sobre a terra feliz do café. Que se orgulha de ter-nos também [...]* Segundo dados econômicos a cidade de Bananeiras foi o maior recanto de produção de café na Paraíba, o segundo do Nordeste e o décimo do país. Em 1852, o café de Bananeiras rivalizava em qualidade e aceitação com o de São Paulo; produzia-se um milhão de sacas ao ano, o transporte era precário, fazer o produto chegar aos principais centros consumidores se constituía em ato de heroísmo. Essa opulência econômica chega ao fim em 1923, com a contaminação das plantações pela praga *Cerococus paraibensis*, depois desse período outros produtos vieram a se destacar na economia local, como por exemplo, a cana-de-açúcar, o fumo, o arroz e o sisal.

E como o café vinha aparecendo em Mamanguape, filtrado do Pará, para onde fora levado primeiramente, Tomé resolveu tentar aclimatá-lo em Bananeiras. Plantou-o. Esses pés de café que Barbosa situou na terra roxa

prosperaram (...) Em 1845, já havia café por toda a parte, café de grande qualidade, que mais tarde, veio a constituir uma civilização particular, criou privilégios de família, ergueu castas, fomentou gordos casamentos (PINTO, 1965, p. 34)

O dinheiro do café permitia a construção de grandes casas, tanto na área urbana quanto na área rural, no período colonial, essas casas possuíam um estilo neoclássico, eclético, em art-déco e protomodernista, resultantes da opulência vivida em Bananeiras pela aristocracia local. Estas residências abrigavam os filhos dos ricos plantadores de café e de cana-de-açúcar estes “filhos da aristocracia” nem precisavam se deslocar para estudar em outras localidades, até porque em Bananeiras existiam colégios renomados como o Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Instituto Bananeirense.

A fase de apogeu econômico de Bananeiras pode ser notada e questionada tomando como ponto de partida o fenômeno do café que prosperou nas suas terras, criando riquezas e fomentando ainda mais o poder da aristocracia local.

Nessa época Bananeiras era considerada uma das cidades mais ricas do Nordeste. A partir do momento em que o café surge como produto impulsionador da economia local, podemos notar os anseios por uma nova forma de melhorar o beneficiamento desse “grão precioso” quando por volta de 1924, Pedro Augusto de Almeida observando essa necessidade abre uma firma, A. Rocha e Cia. em sociedade com o sogro Antônio Rocha, situada na Rua do Comércio, da cidade de Bananeiras.

Com a ajuda de Frederico Kramer, ex-tripulante de um navio alemão aprisionado no porto de Recife, durante a Primeira Guerra, montou uma caldeira geradora de energia, um locomóvel e várias máquinas despoldadeiras de rubiácea. Adquiriu e instalou máquinas da marca Carioca e Jundiahy, possivelmente importadas de São Paulo, ao preço de cinco e seis contos de réis, cada (ALMEIDA, 1994, p. 84-85)

Vale enfatizar ainda que ao lado do armazém de beneficiamento do café existia uma agencia de carros Ford administrada por Pedro Augusto de Almeida e pelo cunhado Bernardino. Nessa agência eram vendidos automóveis, chassis de caminhão e peças de reposição, a maior parte da aristocracia local possuía um automóvel que funcionava como meio de transporte entre o urbano e rural e vice-versa.

O trem só chegou à cidade no dia 30 de Julho de 1922, podemos também estabelecer uma relação significativa entre a “Maria Fumaça” e os hábitos do cotidiano social como a leitura dos jornais, que possibilitavam à circulação de informações da Capital e do restante do

país entre os bananeirenses. Assim, dava-se mais um passo à frente, as veias da cidade foram abertas à passagem do trem, uma máquina à vapor, que produzia em muitos estranheza ou encanto, pelo constante fenômeno de ida e volta, cortando serras e barrancos, virando a ação na viração e partindo de volta, deixando a esperança e uma nova espera.

2.3 O princípio da educação formal no município de Bananeiras

Até então, não havia colégio ou qualquer centro de propagação de conhecimento, mas o café ia buscar de qualquer maneira, atribuindo seus homens nos bons convívios, mandando filho para a Academia, atraindo, sobre o meio algumas inteligências esclarecidas, que foi justamente a criação de colégios importantes e o aparecimento de meios informativos [...] (SILVA, 1997, p. 29)

Quando o autor se refere a não existência de colégio ou qualquer centro de propagação de conhecimento, isso quer dizer que não existia um colégio de ensino primário ou secundário na cidade, pois Nóbrega, 1968, vem ressaltar que:

Proclamada nossa independência política, logo no ano seguinte (1842) a Junta Governativa da província, presidida por Estevão José Carneiro da Cunha, concedia a Bananeiras o favor da primeira unidade de ensino público. Era uma escola de alfabetização para o sexo masculino e o seu regente percebia por mês o salário de Cr\$ 12,50. (NÓBREGA, 1968, p.31)

Esta citação merece destaque para o seguinte ponto, a escola criada em 1842, no município de Bananeiras era uma escola para o público estudantil do sexo masculino, por mais que o autor não venha a descrever nenhuma outra informação sobre tal escola de alfabetização, podemos observar que o sexo feminino não tinha lugar neste espaço de ensino.

No ano de 1910 é criado o Instituto Bananeirense, o colégio modelo pela qualidade do ensino e rigor na disciplina, destinado aos filhos da aristocracia bananeirense, mais uma vez esse era um colégio reservado apenas para o público masculino até mesmo os professores desse estabelecimento era todos homens. Silva descreve as despesas necessárias para que o estudante permanecesse no Instituto, eram elas:

As despesas dos internos, incluindo o ensino e alimentação (cinco refeições diárias), orçavam em torno de 200 mil réis por trimestre, a dos semi-internos, 150 mil réis e os externos, pagavam por matéria ensinada de 5 a 8 mil réis, dependendo do grau de adiantamento. Os secundaristas tinham uma despesa de 8 mil réis por matéria. À medida que o número de matéria aumentava, sóbria redução no pagamento se verificava. (SILVA, 1997, p. 76)

E assim fica claro que à medida que se pagava, se educava, os pais mais ricos matriculavam seus filhos no regime de internato, aqueles que podiam menos optavam pelas outra modalidade de ensino e aqueles que não podiam, ficavam claramente a margem desse processo o que representava a maioria da população bananeirense.

Mais uma vez são dos ilustres os lugares nas cadeiras das escolas bananeirense, da mesma forma que ocorreu com o Instituto Bananeirense há uma relação clara das questões de poder social e de gênero, sendo que na verdade o que imperava nas salas de aula das escolas criadas para o desenvolvimento cultural da cidade eram estabelecidas por meio do dinheiro caracterizando-se por um desenvolvimento de educação a partir da diferença sexual, especificamente para a formação da mulher para o ato de lecionar e dos homens para múltiplas opções de cursos isso já estava programado nas matérias estudadas em cada estabelecimento.

No ano de 1917 é criado na cidade o Colégio Sagrado Coração de Jesus, dirigido pelas Irmãs Doroteias, objetivando educar as jovens do sexo feminino, na área profissionalizante com formação pedagógica nos cursos primário, normal, ginasial e pedagógico, no regime de internato ou externato, recebiam todos os ensinamentos necessários para utilização na vida profissional, sua prática de ensino era baseada na religiosidade, na instrução e na formação da moral.

A ideia de formar professores para o ato de ensinar disseminou-se pela Europa no século XVIII, quando houve uma preocupação mais intensa com a formação de professores para o ensino público. Alguns fatores contribuíram para tal feito, tais como: a ascensão da burguesia, as ideias iluministas, o avanço das forças produtivas, o processo de urbanização e da expansão da educação pública.

A criação das Escolas Normais foi decisiva para a solidificação da formação de professores no Ocidente, “por tornarem possível a constituição de um corpo de funcionários públicos treinados para exercer funções que antes eram monopólio do campo religioso ou de mestres despreparados que em geral exerciam o magistério como uma ocupação secundária” (VILLELA, 2008, p.29).

Tudo isso nos remete a análise das relações entre magistério, formação docente e a moldagem de um comportamento feminino disciplinado e obediente, somente compreendido a partir dos estudos do gênero, ou seja, a interpretação de que numa sociedade patriarcal conservadora é atribuída lugares sociais a partir da condição sexual, fato que é destacado na citação que segue:

Os senhores rurais lá estavam animando uma sociedade, [...] seus filhos, que haviam deixado o burgo brejeiro para buscar um ensino mais complexo nas cidades de João Pessoa e Recife. As moças podiam ficar em Bananeiras, cursando o Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, educandário que marcou a época, bem refletida no porte elegante de sua construção e na procura de seu internato, que abrigou jovens das mais ilustres famílias paraibanas. Aos rapazes, além da Escola Agrícola, ainda marcada pela fama de Patronato Agrícola, não restava outra iniciativa senão, a frequência nos colégios das capitais citadas, ou mais além, na Bahia e Rio de Janeiro. (SILVA, 1997, p. 62)

Portanto, a história dos Cursos Normais e da Escola Normal de Bananeiras/PB, caracterizava-se como um lugar generificado, na medida em que amplia um modelo de educação a partir da diferença sexual, ou seja, especificamente para a formação da mulher professora, regulado principalmente pelo rigor e pela disciplina, imprimida cotidianamente nas práticas e normas, ou seja, a pontualidade, a formação religiosa por meio da aula catecismo, pois as normalistas tinham acesso à leitura da Bíblia, aos desfiles cívicos com a severidade no uso do uniforme, as aulas de canto orfeônico e principalmente os conhecimentos pedagógicos, representados nas disciplinas de Pedagogia e Pedologia. Dessa forma, a rigorosidade das regras regulamentava o cotidiano dessa instituição.

As seguir temos o programa das disciplinas do Instituto Bananeirense e do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus:

No curso secundário (do Instituto Bananeirense) ministrava-se: Português, Francês, Inglês (estudos práticos e teóricos), Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Geografia, Coreografia, Noções de Cosmografia, História do Brasil e Universal, Física, Química e História Natural. Era um programa paralelo ao Liceu paraibano e ao Colégio Pedro II, acrescentando-se, ainda, aulas de Educação Física, Moral e Religião. (ALMEIDA, 1994, p. 47)

O Curso Normal constituído de uma extensa estrutura com um arcabouço de conhecimentos destinados a formação da identidade feminina. Das 18 (dezoito) disciplinas que compunha o currículo do Curso Normal, doze delas veiculavam saberes e fazeres que confluíam para a formação do comportamento feminino preconizado na época: abnegação, docilidade, obediência, boas maneiras, habilidade manuais, destreza na organização doméstica e zelo nos cuidados com a família. Qualidades que eram cultivadas cotidianamente tanto pelas normas de funcionamento da escola, quanto na reprodução e inserção dos conhecimentos veiculados nas matérias escolares, a saber: Comportamento, Civilidade, Religião, Frequência, Música, Trabalhos Manuais, Ginástica, Piano, Violino, Pintura, Flores e Arranjos Domésticos. Destacava-se também uma sólida composição dos conhecimentos clássicos: Português, Francês, Matemática, Geografia Geral, Coreografia do Brasil e Desenho (BANANEIRAS, 1938).

Fazendo uma relação comparativa podemos destacar o quanto as formações relegadas a homens e mulheres eram tão diferentes, o sexo masculino era preparado para alçar grandes voos diante de uma formação completa, com até mesmo o estudo de duas línguas estrangeiras, enquanto que ao sexo feminino a formação era baseada na constituição de uma boa filha, boa dona de casa e profissionalmente a mulher era apenas educada para ensinar sendo uma boa professora, assim a regularidade das regras regulamentava o cotidiano dessa instituição.

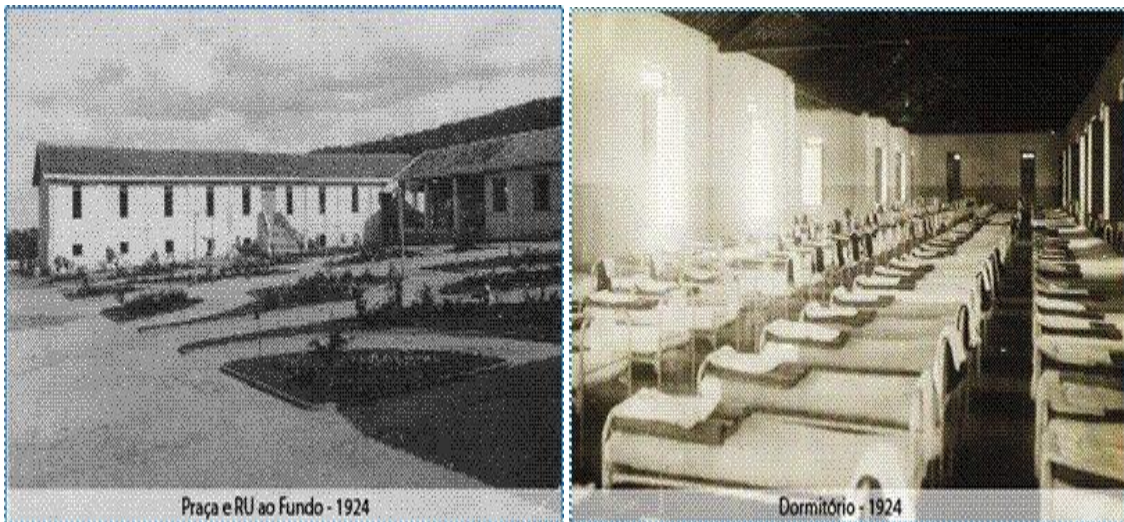
A seguir temos a relevante criação do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”, em 1924 esta instituição foi responsável por receber menores enviados por juízes de direito, delegados, pais adotivos, entre outros, eram em geral menores que viviam na promiscuidade e recebiam no Patronato formação profissional nas áreas de agropecuária, ensino, pesquisa e extensão rural. Inicialmente, o jovem era dirigido ao Patronato não por vontade própria, mas sim por ordens de terceiros, somente após alguns anos é que foram matriculados nessa instituição de ensino os filhos dos agricultores e menores órfãos da região.

O Patronato Agrícola era assim o espaço relegado a maioria dos excluídos da sociedade, a eles era dado a formação necessária principalmente para o trabalho braçal, apresentando-se legitimado através de um discurso de caráter regenerador. A educação as classes sociais baixas tinha por objetivo principal regenerar a pessoa do vício e do crime, deveria servir como instrumento de moralização do povo e assim também formar de alguma maneira àqueles em que as classes mais abastadas se apoiariam para seu próprio engrandecimento. "O Patronato era mais uma casa de reajustamento, senão de correção. Era fechada, por sua finalidade, a convivência da pequena e orgulhosa cidade" (LUCENA, 2003, p.70)

O trabalho era analisado como elemento regenerador, capaz de ajustar as crianças e encaminhá-las a um tipo de trabalho que a elite da época necessitava. Foi uma tentativa de resolver o problema do menor abandonado, carente e conter o fluxo migratório dos agricultores para as cidades. A construção de patronatos relacionava-se também a um projeto de Brasil moderno, voltado à ideologia do trabalho direcionado à juventude pobre, visando à formação de trabalhadores disciplinados.



Patronato Agrícola Vidal de Negreiros - 1924



FONTE: <http://www.cchsa.ufpb.br/index.php/memorial-cchsa-cavn>

Foi, nos idos de 1918 que se iniciou a concepção de instituições escolares e corretivas denominadas Patronatos Agrícolas. Estas tinham em vista congregar as crianças pobres e órfãs, filhos de agricultores com baixo poder aquisitivo, e direcioná-las para uma educação que formasse verdadeiros agricultores.

Associando as noções de ensino prático e defesa militar, a lei que criava os Patronatos deixava claro seu escopo, malgrado a retórica filantrópica que os justificava: eles consistiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, tidas como degradantes e infames. No entanto, produziram outro tipo de detento, terapeuticamente disciplinado por essas escolas de trabalho que serviam de freio às tendências anárquicas intoleráveis atribuídas ao novo agente social, o proletariado. Os Patronatos eram núcleos de ensino

profissionais destinados a habilitar seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, mediante cursos profissionalizantes fornecidos a menores órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados pelos chefes de polícia e juizes da capital federal. (MENDONÇA, 2006, p.93)

E assim criou-se em Bananeiras o lugar responsável por disciplinar os excluídos, marginalizados sociais e àqueles que ameaçavam a paz social, era construído o modelo de trabalhador agrícola nacional, uma instituição que carregava em suas características a do bem servir à pátria seja através da força militar seja por meio do trabalho braçal.

O Patronato Agrícola de Bananeiras, instituído por decreto em 1920, também irá proclamar as relações sociais e de poder decorrentes desses debates travados sobre modernidade, escolaridade e produtividade no início da República. Os Patronatos foram as primeiras iniciativas formais do Estado para articular um padrão de ensino sistemático e, portanto, o primeiro laboratório onde se podia medir a eficácia e os problemas no que diz respeito à organização do ensino agrícola.

A educação constituída em instituições como os patronatos tinha o objetivo de acabar com as tendências criminosas, através da retirada das crianças de seus lares ou do recolhimento de menores abandonados nas ruas, à educação reabilitaria dos vícios causados pelas suas condições socioeconômicas.

Integrando as noções de ensino prático e defesa militar, a lei que criava os Patronatos deixava claro sua finalidade, a despeito da retórica filantrópica que os justificava: eles incidiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, tidas como degradantes e infames. No entanto, produziram outro tipo de detento, terapeuticamente disciplinado por essas escolas de trabalho que serviam de freio às disposições anárquicas intoleráveis conferidas ao novo agente social, o proletariado.

É nesse contexto que a tese da educação se apresenta como meio capaz de remover as crianças das ruas e desviá-las da “delinqüência”. O Patronato Agrícola de Bananeiras, desde sua fundação, se sugeria a ser responsável pelo acolhimento de menores desamparados e sem teto, filhos de agricultores em situação de risco social, e por transformá-los em trabalhadores disciplinados. A inauguração desta instituição em 1924 projetou Bananeiras para a vanguarda do ensino Agrícola na época.

Dessa maneira, o patronato Agrícola Vidal de Negreiros, nasceu estigmatizado como instituição de caráter correccional: "O Patronato era mais uma casa de reajustamento, senão de correção. Era fechada, por sua finalidade, a convivência da pequena e orgulhosa cidade" (LUCENA, 2003, p.70). Diretores e jovens internos eram sujeitos atuantes de ações

conformadoras ou de enfrentamento com a instituição. "Em muitos cultivava o ódio, o medo, a angústia de conviver com pessoas estranhas, deixando de lado o convívio familiar, sua vida livre, onde vários conviviam com a marginalidade e práticas de atividades anti-sociais." (SILVA, 1997, p. 186).

Todo aluno que ingressasse no Patronato Agrícola de Bananeiras deveria fazer parte do grupo de escoteiros da instituição, essa atividade fazia parte do currículo escolar e estava voltada para a prática de exercícios no campo, excursões e exercícios militares. Esses indícios apontam para a existência e incentivo a manifestações de nacionalismo e militarização da infância, por meio de certos rituais que deveriam ser obrigatoriamente seguidos com o objetivo de interiorizar e formalizar condutas. Comemoravam-se também todas as datas relativas à construção de uma História-Pátria, Descobrimto do Brasil, Proclamação da República, etc. O fardamento obrigatório era de tipo militar, sendo utilizado, em todos os momentos de atividades, domingos, feriados e dias festivos. (SANTOS, 2013, p. 9)

No Patronato existia uma preocupação com a ordem, disciplina e higiene. Esse rígido regime de correção dos meninos era uma forma de enquadrá-los dentro de padrões estabelecidos. Sabe-se que o Patronato Agrícola da cidade de Bananeiras exigia dos alunos a subordinação a regras severas de conduta e o cumprimento das atividades estabelecidas por meio de uma disciplina rigorosa.

A despeito das tentativas da instituição em inculcar valores e construir o modelo de trabalhador agrícola nacional, muitos jovens internados a força no patronato, recolhidos nas ruas da cidade de Bananeiras e da capital paraibana evadiam-se do colégio, por meio de fugas ou expulsões. Tais práticas podem ser confirmadas através das fichas de matrícula e aviso de fuga de menores, existentes coletadas dos arquivos e disponibilizadas por Manoel Luís da Silva no Livro *Reminiscências*, que aborda parte da história do Patronato Agrícola de Bananeiras.

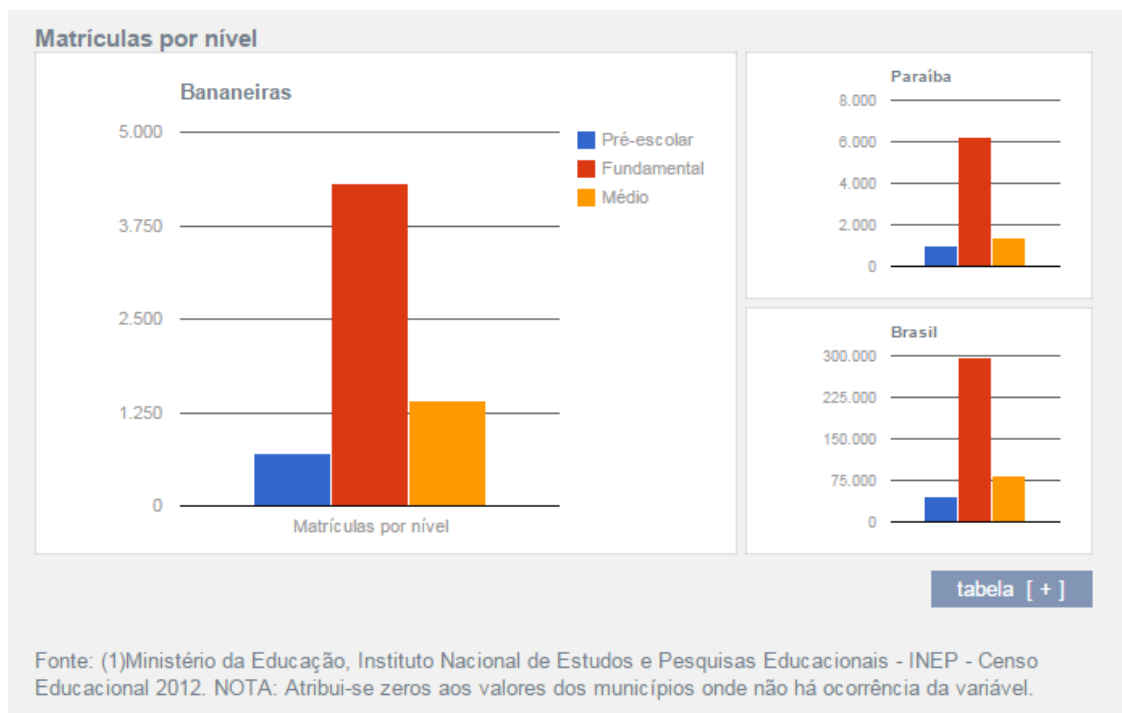
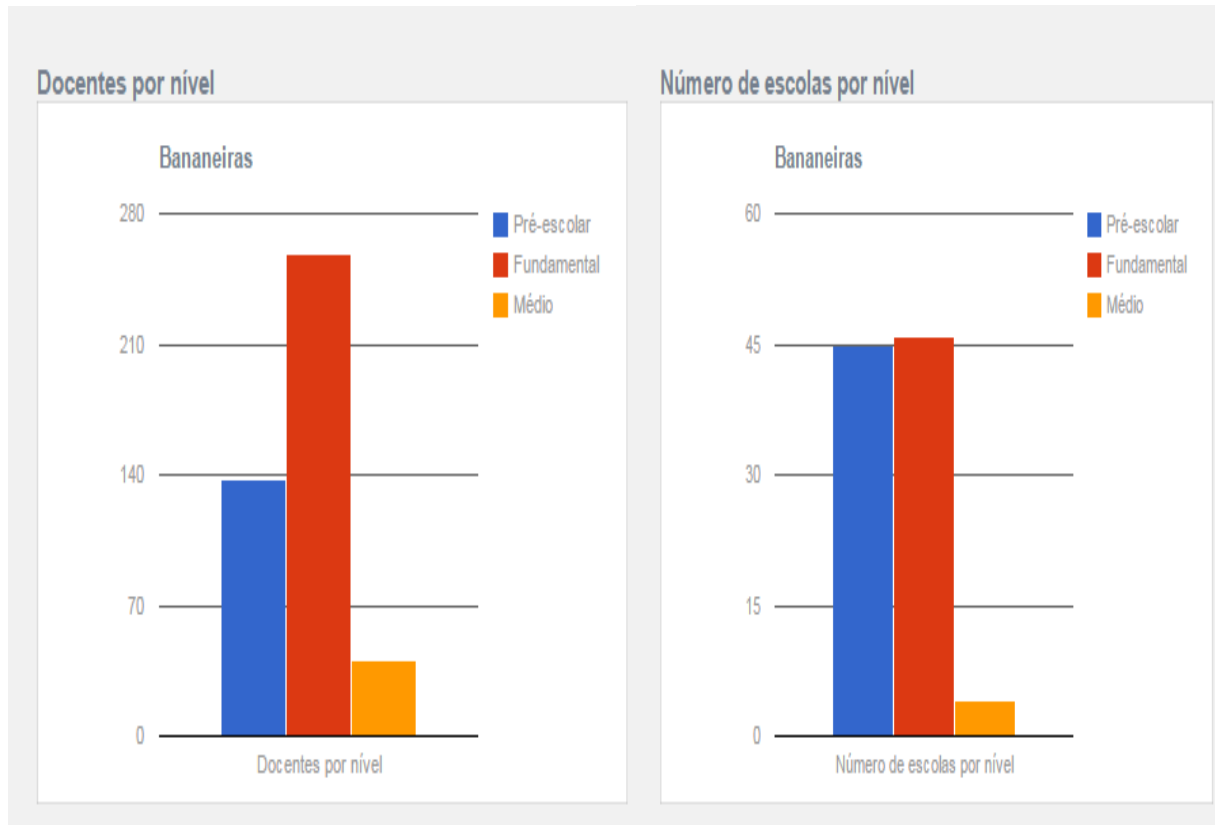
A fundação do Patronato agrícola de Bananeiras se apresenta como parte do movimento nacional de tentativa de construção do trabalhador disciplinado e "instauração do ensino rural já defendido pela intelectualidade local desde o final do século XIX." (PINHEIRO, 2006, p.135)

Para entender o lugar social da criança em cada contexto histórico é necessário investigar os discursos que cada época estabelece ao articular expectativas e ideais em relação a essa parcela da sociedade que é a juventude pobre e excluída. É nesse contexto tão carregado de escolhas e práticas pedagógicas para classes sociais diferentes e para gêneros diferentes que a educação em Bananeiras se desenrola no início do século XX, propagando-se no decorrer do tempo na construção da identidade histórica educação local, contribuindo de

forma decisiva para a construção da identidade cultural do povo dessa região, e por consequência para a História da Educação Brasileira.

CAPÍTULO III – CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS

Segundo dados do Ministério da Educação a distribuição dos docentes, escolas e matrículas apresentam-se de acordo com os gráficos abaixo:



Hoje o Instituto Bananeirense já não existe mais, o Colégio das Irmãs Doroteias (antigo colégio das freiras), hoje abriga a Escola Municipal Emília de Oliveira Neves, o prédio conserva ainda a arquitetura e a estrutura do antigo colégio, mesmo após ter passado por reformas e restaurações.



ANTIGO COLÉGIO DAS DOROTEIAS

FONTE: <http://www.paraibacriativa.com.br/>

O curso Normal atualmente funciona no prédio da Escola Normal Professor Pedro Augusto de Almeida, localizado na cidade alta, o interessante é destacar que até os dias atuais o maior número de educandos dessa escola pertence ao sexo feminino, ou seja, o próprio ato de educar, principalmente as séries iniciais ainda está relegado ao sexo feminino. Dessa forma, podemos salientar que a História é permeada por rupturas e permanências, o que não nos permite fazer juízos de valor sobre costumes e atitudes de determinadas épocas, mas sim termos a sensibilidade de entendermos que cada época vivenciou o seu momento seja ele de desenvolvimento, atraso ou constância.



PRÉDIO DA ATUAL ESCOLA NORMAL DE BANANEIRAS

FONTE: <http://bananeirasonline.com>

<p>Alunas da Escola Normal Emília Câmara – Pernambuco – PE com os professores: Amaro Soares; dr. Jefferson (Dezinho) e o Padre Zé Cordeiro. Ano 1963.</p>	<p>Alunas da Escola Normal Professor Pedro Augusto de Almeida – Bananeiras – PB. Desfile Cívico 2013</p>
<p>FONTE: http://oabelhudo.com.br/category/jornal-oabelhudo/page/3/</p>	<p>FONTE: http://bananeirasonline.com/</p>

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN, antigo Patronato Agrícola Vidal de Negreiros vem a 90 anos conservando a tradição na excelência de Ensino Técnico. O CAVN destaca-se como unidade de ensino profissionalizante, devido à sua conexão à Universidade Federal da Paraíba, fator responsável pela alta qualificação de seu corpo docente, contando com profissionais que possuem pós-graduação, seja a nível de especialização, mestrado ou doutorado.

Entre as finalidades principais do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros estão à promoção da Educação Profissional nos níveis básico e técnico, voltados para as áreas de Agropecuária e Agroindústria, assim como garantir que a formação de seu corpo discente se desenvolva dentro da necessária e salutar interdisciplinaridade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, seja através dos cursos formais ou mesmo de seminários, assistência a pequenos e médios empresários na forma de estágios.

E foi a partir de uma instituição criada inicialmente para àqueles a quem a elite brasileira deseja afastar de seus olhares, como menores abandonados, órfãos, praticantes de crimes entre outros que o CAVN surgiu e que hoje em contato direto com a UFPB desenvolve um trabalho voltado para alunos das mais diversas classes sociais.



COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS

FONTE: <http://bananeirasonline.com/>

CAPÍTULO IV - ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A metodologia se compõe da análise crítica dos principais ambientes educacionais do município de Bananeiras durante o início século XX, desta forma, consideramos a abordagem qualitativa como melhor opção, pois é orientada para a análise dos casos concretos em sua característica temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos naturais. Uma abordagem qualitativa objetiva compreender as atitudes das pessoas ou de um grupo frente à realidade.

O caminho para o desenvolvimento deste texto foi traçado através de pesquisa bibliográfica através de documentos, como artigos eletrônicos, imagens e livros sobre a história local.

A técnica de coleta de dados utilizada foram leituras dos textos sobre as questões relacionadas ao tema, fundamentadas através das bases teóricas. A partir do momento em que o pesquisador define seu tema deixa evidenciado que a pesquisa possui uma pretensão analítica que, na verdade, se configura no interior de uma discussão teórica, a partir de um estudo amplo sobre o tema escolhido, neste caso as relacionadas as questões educacionais no município de Bananeiras.

O pesquisador que se embasa na abordagem qualitativa aceita a complexidade de fato do estudo, documentando-a no seu dia-a-dia, a verificação qualitativa é descritiva. A pesquisa qualitativa é um procedimento de investigação que destaca a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais, procurando abranger os comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação.

Na análise científica evitar informações tortas, retirando expectativas ocasionadas pela opinião do pesquisador é importante. Porém, o caráter intencional no diálogo com os participantes é parte da pesquisa alicerçada em métodos qualitativos. O pesquisador é uma ferramenta que tem percepção própria, que possui um jeito de interpretar que é apenas seu.

Para se estabelecer um instrumento que promovesse a compreensão da discussão em questão foi feita uma pesquisa bibliográfica que serviu de base para abordagem dos pressupostos teóricos que sustentavam as discussões das respostas encontradas.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com apoio em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos: [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de

fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2006, p. 44-45).

A modalidade teórica de pesquisa pressupõe o trabalho com um arsenal bibliográfico suficiente que promova qualidade e aproximação dos problemas. Dessa forma, para fundamentarmos nossa pesquisa, a opção teórica orientadora do trabalho proposto teve sua origem nos diálogos mantidos com os textos de Almeida (1994); Bomeny (2003); Freire (1979 e 2011); Lucena (2003); Machado (2005); Mello (1999); Mendonça (2006); Menezes (1982), Montenegro (1996); Nóbrega (1968); Savani (1985); Silva (2007 e 1997), além das fontes encontradas em sites.

Estes autores, dentre outros, foram contribuindo para a fundamentação teórica dessa pesquisa e instigando a ler novos autores. No segundo momento, ocorreu a escrita concreta do texto objetivando assim, contribuir para que a pesquisa estabeleça sentido com a realidade escolar atual e assim fortalecer mais o campo de pesquisa de forma que este possa fazer crescer educadores, educandos e pesquisadores da história local.

O texto é assim apresentado de forma dissertativa, comentado e interpretado de forma crítica, a partir de análises qualitativas. Trata-se de um estudo de natureza analítica, que utilizou como instrumento prioritário a pesquisa bibliográfica. Assim, pensando em novas possibilidades metodológicas para ensinar e aprender mobilizadas em torno de uma situação que pudesse envolver análises sobre o processo educacional do município de Bananeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstituição da história da educação no município de Bananeiras nos possibilitou a escrita e divulgação da história da educação a partir do embasamento teórico-metodológico já apresentado, possibilitando repercussão na construção da identidade histórica do município, contribuindo de forma decisiva para a construção da identidade cultural do povo dessa região, e por consequência para a História da Educação Brasileira.

Cada instituição de ensino pesquisada revelou-se única, nas suas práticas escolares, uma vez que os saberes e fazeres produzidos nos interesses de cada escola as diferenciavam, devido às influências derivadas dos diferentes grupos sociais, mas, ao mesmo tempo, foi mediado por uma cultura própria que cada instituição de ensino produziu.

O agir educativo sempre preenche um papel fundamental na estruturação da sociedade. Dessa forma, esperamos de alguma forma ter contribuído para o debate acadêmico e científico do tema proposto. Vale lembrar que consideramos este trabalho de pesquisa como um ensaio, uma breve introdução ao tema e não como uma postura filosófica ou educacional determinista, ou seja, fechada, acabada, pronta. O diálogo entre as posições diferentes enriquece a discussão e faz o papel da dialética, tão importante e necessário para o desenvolvimento acadêmico, social, político, cultural e educacional da sociedade.

Ainda há muito a ser trilhado para compor o quadro da investigação educacional no município de Bananeiras durante o período em questão, mas a partir da análise desenvolvida através desta pesquisa podemos notar que os caminhos da educação do povo bananeirense foi alicerçado no poder das elites locais e de certa forma construído a partir dos moldes pessoais dessas próprias elites. A escola funcionava como fábrica, fábrica de pessoas para o mercado, através de uma educação que forneceria um saber segmentado, fragmentado, uma escola como reformatório, como prisão, devido à estrutura das escolas em si e a organização das disciplinas, não havia reflexão, discussão, pensamento, o aluno era isolado nas quatro paredes da escola.

A partir dessa pesquisa podemos entender ainda mais que a escola é uma instituição sociocultural. Está organizada e pautada por valores, concepções e expectativas. Está perpassada por relações sociais na organização do trabalho e da produção. Em outros termos, os educandos, os educadores, a direção, os pais e as comunidades não são meros recursos e materiais, são sujeitos históricos e culturais. A própria instituição escolar é um produto

histórico, cultural que age e interage numa trama de complexos processos socioculturais. A escola é uma organização socialmente constituída e reconstruída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maurílio Augusto. **Lembrando Pedro Augusto de Almeida no seu Centenário.** Rio Grande do Norte: Art Print Ltda, 1994.

ANDREOTTI, Azilde L.. **O governo Vargas e o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova.** http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html

BANANEIRAS. Colégio Sagrado Coração de Jesus. Equiparado a Escola Normal Oficial. Dirigido pelas Irmãs de S. Doroteias. Curso Normal. **Boletim anual da aluna.** Bananeiras, PB, 1938.

BOMENY, Helena Maria Bousquer. **Os intelectuais da educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUCENA, Iveraldo. **Nas veredas de um andarilho: Bananeiras, Educação e cultura.** João Pessoa: Edições UNIPE, 2003.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **A dimensão da palavra: práticas de escrita de mulheres.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A educação paraibana da colônia a nossos dias: uma abordagem histórica.** In: Psicologia Escolar e Educacional. vol.3. Campinas, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85571999000100006&script=sci_arttext.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil.**, Rio de Janeiro: Estud.soc.agric, 2006.

MENEZES, J. R. **O mestre-escola brasileiro.** Recife: Conselho Municipal de Cultura, 1982.

MONTENEGRO, Antônio. **Síntese da História de Bananeiras.** João Pessoa: Universitária, 1996.

NÓBREGA, Humberto. Evolução histórica de Bananeiras In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.** nº 16, João Pessoa- PB: A Imprensa, 1968. (p.9- 53).

PEREIRA, Lílian Alves; FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire. **ORIGEM DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: A formação do novo homem.** UEM Maringá-Pr. Disponível em: < <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>> Acesso em 10 de fev. 2014.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais na Paraíba (1935 a 1960) In: **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.133-160.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Ensino rural, minoridade e cultura escolar no Patronato Agrícola de Bananeiras – PB.** Disponível em: <<http://www.educacaodocampopb.xpg.com.br/IIEPPECPB2013/GT%20-%202/7.pdf>> Acesso em: 11 de fev. 2014.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** São Paulo, Cortez, 1985.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **ESCOLA NORMAL: O projeto das elites brasileiras para a formação de professores.** Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf> Acesso em: 10 de fev. 2014.

SILVA, Manoel Luiz. **Bananeiras: Apanhados Históricos.** João Pessoa: Sal da Terra, 2007.

_____ **Bananeiras: sua história, seus valores.** João Pessoa: Ipê, 1997.

STIGAR, Robson & SCHUCK, Neivor. **Refletindo sobre a História da Educação no Brasil.** Disponível em: <<http://www.opet.com.br>> Acesso em: 09 de fev. 2014.

VILLELA, Heloísa de O. S. **Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.** In: ARAÚJO, José Carlos S.; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C (orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República.** Campinas, SP: Alínea, 2008.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.